**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 234/2023**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA PARA FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E SUPORTE TÉCNICO DE SOLUÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE RIFAINA-SP.**

**DATA DA REALIZAÇÃO16/11/2023**

**HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h.**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão Permanente de Licitações** - Rua Barão de Rifaina, 251- , Centro, SP, CEP 14490-000, telefone 16 3135 9500. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo pela portaria Municipal nº. 02/2023. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados.

**RETIRADA DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÕES:** Seção de Licitações -Rua Barão de Rifaina, 251, Centro, SP, telefone 16 3135 9500, e-mail: [licitacao@rifaina.sp.gov.br](mailto:licitacao@rifaina.sp.gov.br).Os esclarecimentos prestados e as decisões sobre eventuais impugnações serão publicados no diario official do Estado de São Paulo.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº8.666, de 21 de março de 1.993 e suas alterações e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de setembro de 2.014.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório, bem como do Anexo I - Termo de Referência.

Integram este Edital os Anexos de I a VIII.

A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática:

RECURSO PRÓPRIO

02 01 GABINETE DO PREFEITO

04 122 0002 2002 0000 GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 15

02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0006 2005 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 46

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 365 0011 2027 0212 ENSINO INFANTIL - CRECHE - (PROPRIO)

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 099

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 365 0011 2027 0213 ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA - (PROPRIO)

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 107

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 0011 2009 0220 ENSINO FUNDAMENTAL - REC. PROPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 146

02 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

27 812 0029 2021 0000 EVENTOS E ATIVIDADES DE ESPORTE E RECREAÇÃO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 186

02 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

13 392 0031 2014 0000 PROMOÇÃO CULTURAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 196

02 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

23 695 0033 2020 0000 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TURISMO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 210

02 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

18 541 0019 2025 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 226

02 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20 608 0020 2028 0000 MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE AGROPECUARIA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 236

02 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 301 0034 2015 0000 AÇOES DA ATENÇAO BASICA DE SAÚDE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 254

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 243 0064 2043 0000 PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 313

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 241 0065 2044 0000 PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 317

021703 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIFAINA

08 244 0061 2012 1010 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - SCFV- SERV. CONV. FORTAL. VINCULOS - R. PROPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 326

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 244 0062 2032 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 380

02 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

15 452 0045 2042 0000 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA URBANA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 392

02 20 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

06 182 0010 2030 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 420

**1. CONSIDERAÇÃO INICIAL**

O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**2. PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

**2.2.** Não será permitida a participação de empresas:

**2.2.1.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**2.2.2.** Reunidas sob forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

**2.2.3.** Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta administração publica nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

**2.2.4.** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

**2.2.5.** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;

**2.2.6.** Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

**3. CREDENCIAMENTO**

**3.1.** Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

**3.1.1.** Quanto aos representantes:

**a)** Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**b)** Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

**c)** O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

**d)** O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

**e)** Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

**f)** Será admitido apenas **um representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

**3.1.2.** Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação: **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

**3.1.3.**  Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

**Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo V** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

**4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em **dois envelopes** fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL N. º 079/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 234/2023**

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ**

**ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N º 079/2023.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 234/2023.**

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ**

**5. PROPOSTA**

**5.1.** O **Anexo II** deverá ser utilizado para a apresentação da **Proposta**, digitado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

**5.2.** Deverão estar consignados na proposta:

**5.2.1.** A denominação, CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail do licitante data;

**5.2.2.** Preços dos itens e preço total em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**5.2.3. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER** Indicação de marca e modelo dos seguintes itens de maior relevância para entrega do objeto licitado sob pena de desclassificação: 3.6.2; 3.6.3; 3.6.4; 3.6.5;3.6.6, 4.1; 4.4 e 4.6.

**5.2.4.** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60** (sessenta) **dias**

contados a partir da data de sua apresentação;

**5.2.5.** Prazo para execução do objeto determinado no cronograma físico- financeiro, item 5 do Termo de Referência - Anexo II deste edital;

**5.2.6.** Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação

da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

**5.2.7.** Declaração impressa na proposta de que os produtos/serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo II deste edital;

**5.3.** Não serão admitidas, posteriormente à apresentação das propostas comerciais, alegações de enganos, erros ou distrações, como justificativas para desistência ou quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

**6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Para a habilitação **todos** licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar **prova de inscrição válida** no Cadastro Único de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP) **ou** apresentar a **Documentação Completa**, na seguinte conformidade:

**6.1.** No que se refere ao CAUFESP:

**6.1.1.** O cadastro deverá ter classificação pertinente à categoria do objeto desta licitação;

**6.1.2.** O licitante regularmente cadastrado junto ao CAUFESP terá sua condição de habilitação verificada ***on line*** naquele sistema pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio. As informações obtidas serão impressas e juntadas ao respectivo processo;

**6.1.3.** Se no cadastro junto ao CAUFESP o licitante não estiver habilitado, ou **se não constar** algum dos documentos exigidos nos itens 6.2.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA e 6.2.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA deste Edital, ou se esses documentos estiverem com a validade vencida ou desatualizados, o licitante deverá apresentar documento equivalente válido;

**6.1.4.** O cadastro junto ao CAUFESP deverá ser acompanhado dos documentos relacionados nos itens 6.2.4- - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

**6.2.** No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

**6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

**a)** Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**a.1)** Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

**b)** Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

**c)** Os documentos relacionados no subitem “a” **não** precisarão constar do **Envelope nº 2 - Habilitação** se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

**6.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**:

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**c)** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

**c.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

**c.2)** Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

**c.3)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

**d)** Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social - INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

**e)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

**f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

**g)** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;

**g.1)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**g.2)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da administração publica, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**g.3)** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **g.2**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

**g.4)** Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

**6.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

d) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

e) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

**6.2.3.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Certidão de registro do responsável técnico e da empresa, compatível com o objeto licitado dentro de seu prazo de validade, junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e agronomia ou no CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU (Criado pela Lei nº 12.378/2010).

b) Para assinatura do contrato será exigido do licitante vencedor, caso não seja registrado no Estado de São Paulo, o visto do CREA-SP e CAU, autorizando-a a realizar contratações neste Estado;

c) Atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da LICITANTE que comprove(m) a capacidade operacional e desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, acompanhado de comprovação de que o atestado/certidão emitido decorra de contrato conhecido pelo Conselho de Classe ou que tenha servido em processo administrativo autuado para o fim de se expedir Certidão de Acervo Técnico (CAT), esta em nome do profissional que tenha figurado como responsável técnico do serviço, devidamente registrado no CREA ou CAU, comprovando a execução dos serviço(s) de características semelhantes à licitada, onde constem os serviços de maior relevância, a saber: 7 (sete) câmeras do modelo Speed Dome, 7 (sete) câmeras do modelo LPR e 47 (quarenta e sete) câmeras fixas.

d) Os atestados técnicos solicitados deverão ser emitidos em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, com a identificação clara do signatário, inclusive com a indicação do cargo que ocupa.

e) Originais ou cópias autenticadas de Certidões de Acervo Técnico – CAT’s, emitidas pelo CREA ou CAU e em nome do responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, nos termos do artigo 30, §1º, inciso I, todos da Lei Federal nº 8.666/93, na data fixada para a apresentação das propostas, relativo à execução dos serviços semelhantes ao licitado.

f) Apresentação de documento que comprove vínculo do responsável técnico, inscrito no CREA ou CAU, com a licitante, em seu quadro funcional (contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços) ou no contrato social, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da Súmua n. º 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP.

g) Apresentar atestado ou declaração de capacitação técnica da empresa LICITANTE comprovando já ter executado interligação junto ao Sistema DETECTA/MURALHA DO ESTADO DE SP.

**6.2.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme anexo VI deste edital, atestando:

**a)** nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de março de 1.993 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

**b)** que a empresa atende as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

**c)** estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº12.799/08), exceto se suspenso, impede(m) a contratação com esta prefeitura, de acordo com a Lei Estadual nº 12.799/08, sem prejuízo das demais cominações legais, assim como inexiste também qualquer outro fato impeditivo de contratar, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218, de 12 de março de 1.999.

**6.2.4.1 OS DOCUMENTOS ABAIXO DEVERÃO SER APRESENTADOS PELA LICITANTE NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:**

a) Certificado em NR-35 dos profissionais envolvidos.

b) Relação de EPIs dos profissionais que estiverem envolvidos na fase de instalação do projeto conforme NR-6.

c) Apresentar os documentos da empresa e dos profissionais conforme previsto na NR-07.

d) Apresentar o Programa de Gerenciamento de Risco que envolvem as questões de saúde e segurança dos trabalhadores, conforme as NR-01.

e)-Apresentar os documentos dos profissionais previsto na NR-10

**6.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÂO**

**6.3.1.** Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

**6.3.2.** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

**6.3.3.** Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta prefeitura municipal aceitará como válidas as expedidas até **180** (cento e oitenta) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

**6.3.4.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**a)** Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

**6.3.5.** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

**6.3.6.** O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos ***sites*** dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

**7. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.1.

**7.2.** Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **envelopes nº 1 e nº 2,** contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

**7.3.** O julgamento será feito pelo critério de **menor preço global**, observadas as especificações e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;

**7.3.1.** Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o **preço unitário**. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

**7.4.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

**7.4.1.** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

**7.4.2.** Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

**7.4.3.** Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital;

**7.4.4.** Que apresentem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou devalor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.5.** Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

**7.6.** As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:

**7.6.1.** Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10%** (dez por cento) superiores àquela;

**7.6.2.** Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

**7.6.3.** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;

**a)** O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

**7.7.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima de 1%.**

**7.8.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

**7.9.** Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

**7.9.1.** Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5 %** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**7.9.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

**a)** Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

**b)** Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

**b.1)** Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

**7.9.3.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**7.9.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1;

**a)** Não configurada a hipótese prevista neste subitem, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

**7.10.** Após a fase de lances serão **classificadas** na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 7.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

**7.11.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

**7.12.** O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

**7.13.** Após a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**, decidindo motivadamente a respeito.

**7.14.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital;

**7.15.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

**7.16.** A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**7.17.** A administração publica não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.

**7.18.** Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado** e **declarado vencedor**.

**7.19.** Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

**7.20.** Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

**7.21.** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

**7.22.** Havendo negociação, a empresa adjudicatária deverá encaminhar para a Seção de Licitações-, até o segundo dia útil seguinte à sessão do processamento do Pregão, a composição final dos preços da proposta apresentada, nos moldes do Anexo III, respeitada a proporção de redução dos preços na etapa de lances.

**8. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**8.1.** Até **dois dias úteis** antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**8.2.** Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e **protocolada** na Seção de Licitações.

**8.2.1.** Admite-se impugnação por intermédio de e-mail [licitacao@rifaina.sp.gov.br](mailto:licitacao@rifaina.sp.gov.br), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original na Seção de Licitações - no prazo de 48 horas de seu envio;

**8.2.2.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

**8.3.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

**8.4.** Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta prefeitura municipal, para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

**8.4.1.** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente;

**8.4.2.** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**8.4.3.** Os recursos devem ser protocolados no PROTOCOLO localizado na Rua Barão de Rifaina, 251, Centro, Rifaina, São Paulo, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações e dirigidos ao Pregoeiro.

**8.5.** Admitem-se recursos por intermédio de e-mail [licitacao@rifaina.sp.gov.br](mailto:licitacao@rifaina.sp.gov.br), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original no PROTOCOLO no prazo de **48 horas** de seu envio.

**8.6.** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório;

**8.7.** A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**9. DO CONTRATO E DO CANCELAMENTO**

9.1. A licitante que convocada para assinar o contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

9.2. O contrato deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

9.3. **O prazo para assinatura do contrato** será de **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

9.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem anterior ou havendo recusa em fazê-lo, a Administração aplicará as penalidades cabíveis.

9.5. O contrato terá(ão) validade de 48 (quarenta e oito) meses, contado da data da sua(s) assinatura(s).

9.6. Se durante a vigência do contrato for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.7. **O contrato poderá ser cancelada de pleno direito**:

9.7.1. **Pela Administração quando:**

9.7.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes do contrato.

9.7.1.2. A detentora não formalizar o contrato decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração.

9.7.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato.

9.7.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato.

9.7.1.5. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado.

9.7.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração.

9.7.1.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

9.7.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, por 1 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.7.2. **Pela Detentora quando**, mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

9.7.2.1. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá **ocorrer antes do pedido de fornecimento pela Contratante**.

**9.8. DAS CONTRATAÇÕES**

9.8.1. Os fornecedores do objeto incluídos no contrato estarão obrigados a assinar e receber as Autorizações para prestação dos serviços,que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e no contrato.

9.8.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.

**10. ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO**

10.1 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

10.1.2 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindido a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante;

10.2.1. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.2.2 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante;

**11. FORMA DE PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado em 20 **(vinte) dias**, contados da data do aceite da nota fiscal/fatura pelo Gestor do Contrato, senhor Gustavo Adriano Coimbra; diretor do Departamento Municipal.

11.2. Os pagamentos serão efetuados em carteira, através de ordem de pagamento, documento de crédito (doc) ou depósito em conta desde que o documento para esta finalidade esteja devidamente preenchido e acompanhe a nota fiscal, ficando a cargo da Contratada a despesa bancária correspondente;

11.3. Para fins de liberação do pagamento, em carteira, a contratada deverá entrar em contato com a Divisão de Tesouraria, até 48 horas úteis anteriores à data do vencimento.

11.4. Os pagamentos serão efetuados de 2ª a 6ª feiras, das 13 às 16h, impreterivelmente;

11.5. O pagamento cujo vencimento recair em sábado, domingo, feriados, inclusive bancários, ponto facultativo, será liquidado no primeiro dia útil seguinte, sem ônus à Contratante;

11.6. A Contratada deverá apresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) ao objeto, contendo as seguintes informações:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º:234/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL N. º079/2023**

**NOTA DE EMPENHO N. º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**11.7 – O pagamento em carteira somente será efetuado com a apresentação, pela Contratada, das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS em vigor.**

**11.7.1 No caso de empresa domiciliada no município de Rifaina, essa deverá apresentar, além das certidões exigidas no item 11.7, certidão de regularidade junto à Fazenda do Município.**

**12. SANÇÕES**

a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo

7º da Lei Federal nº 10.520/02.

**13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.2.** O resultado do presente certame será divulgado no [DOE –](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx) Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**13.3.** Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**13.4.** Após a publicação do extrato do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de **cinco dias**, findo o qual serão inutilizados.

**13.5.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

**13.6.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pedregulho do Estado de São Paulo.

Rifaina, 31 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Hugo Cesar Lourenço**

**Prefeito**

**ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA PARA FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E SUPORTE TÉCNICO DE SOLUÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE RIFAINA-SP.**

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

2.1 - A prestação dos serviços de videomonitoramento das vias públicas do Município de RIFAINA deverá ser realizada por câmeras de segurança, com transmissão/recepção, em enlace de rede de fibra óptica utilizando protocolo TCP/IP nativo nas câmeras, com o fornecimento de mão de obra e instalação de todos os equipamentos e materiais necessários, inclusive a montagem da sala de gerenciamento do sistema (câmeras de segurança, rack’s, TV, servidor, monitor, switch, software, painel para instalação das tv’s, mesa para trabalho dos monitores, etc.), entregando o sistema, em pleno funcionamento, com assistência técnica durante todo o período contratual, com reposição de equipamentos que venham a não funcionar por qualquer tipo de ocorrência exceto roubo ou vandalismo.

2.2 - A empresa deverá fornecer os equipamentos em comodato, e instalação dos mesmos em pontos definidos para implantação do sistema de videomonitoramento em unidades municipais e vias públicas, incluindo todos os equipamentos necessários conforme o escopo de serviços e descrição técnica.

2.3 - Deverá à CONTRATADA, fornecer todos os elementos da rede (servidores, licenças de software, TVs, câmeras, ONU, nobreaks, caixas, antenas, cabos, conectores, suportes, painéis para montagem da sala de operações, mesa para trabalho dos operadores, rede de internet, exceto os postes de propriedade da municipalidade.)

2.4 - Deverá à empresa, providenciar a instalação de rede de fibra óptica com os respectivos equipamentos nos pontos definidos pela prefeitura, incluindo instalação e configuração de switch e roteadores para interconectar a rede com a SALA DE VIDEOMONITORAMENTO.

2.5 – Deverá fazer a Instalação, configuração das câmeras IP, caixas herméticas, nobreaks e cabos, nos pontos e quantidades de câmeras, conforme planilha dos pontos de instalação.

2.6 – Fazer a Instalação e Configuração de Servidor de Videomonitoramento IP.

2.7 - A empresa deverá fornecer todos os equipamentos, softwares, infraestruturas, circuitos e conexões, instalações elétricas, caixas herméticas, necessários para a implantação total da solução proposta para cobertura dos pontos, sem qualquer ônus para a Municipalidade, EXCETO a disponibilização e custeio da rede de energia elétrica que será fornecido pela CONTRATANTE até os postes e cases onde serão instalados os equipamentos (sendo assim as ligações após o disjuntor de entrada de energia ocorrerá por conta da CONTRATADA).

2.8 - A solução de rede via fibra óptica aplicada para atender ao tráfego de imagens, deverá garantir 99% de disponibilidade, latência menor ou igual a 5 milissegundos e menos de 1% de perda de pacotes por conta da CONTRATADA.

2.9 - Os acessos, equipamentos e circuitos de dados utilizados, deverão ser dedicados e exclusivos para uso da rede usada para o monitoramento público.

2.10 - A empresa deve fornecer suporte técnico durante 24 Horas diarias 07 (sete) dias por semana, para suprir as necessidades da administração, com atendimento presencial no maximo de 06 (horas) após a comunicação.

2.11 - A empresa deve promover curso de instrução de operação dos equipamentos com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas aos participantes/servidores indicados pela CONTRATANTE.

2.12 – A CONTRATADA terá um prazo de até 30 (trinta) dias para instalação e funcionamento do objeto licitado, após assinatura do contrato, entregando para a CONTRATANTE os serviços descritos nesse edital, incluindo software de monitoramento que deverá ser homologado para integração ao Sistema Detecta da Polícia Militar do Estado de São Paulo quando solicitado. O não cumprimento implica na desclassificação da CONTRATADA junto certame.

2.13 – Por questões de segurança todas as manutenções e instalações do sistema deverão ser feitas por pessoal treinado, qualificado e que faz parte do quadro de funcionários da empresa CONTRATADA, não podendo ser terceirizado/empreitado os serviços, com exceção da rede de fibra óptica e internet.

2.14 – Todos os materiais fornecidos deverão ser NOVOS, devendo possuir as características mínimas descritas de acordo com as especificações técnicas.

2.15 - A proposta da CONTRATADA deverá atender ao requisitos mínimos para todos os itens solicitados sob pena de desclassificação.

2.16 – As despesas para instalação dos novos postes, realocação e instalação da case ficará por conta exclusivamente da CONTRATADA.

2.17 – A CONTRATANTE fornecerá o espaço físico com as cadeiras e ar condicionado devidamente instalados onde serão montadas a sala de operações (restante dos materiais, equipamentos e instalações deverão ocorrer por conta da CONTRATADA sem prejuízo para a municipalidade; caso necessário poderá fazer uma visita técnica, para verificar a disponibilidade e os materiais e custos necessários para entrega do objeto contratado).

|  |  |
| --- | --- |
| TABELA QUANTITATIVA DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA VÍDEO MONITORAMENTO EXTERNO. | |
| CÂMERAS SPEED DOME | 14 |
| CÂMERAS FIXAS | 95 |
| CÂMERAS LPR | 14 |
| Instalação de (novos) Postes de concreto 9x200 | 06 |
| Realocação de Poste de concreto 9x200 | 01 |
| Instalação das cases | 03 |

**3 - Descritivo mínimo dos equipamentos para infraestrutura interna da sala de videomonitoramento.**

**3.1 - Servidor para o sistema da Central de Operações: quantidade - 01 (um)**

* Servidor de Chassis para até 8 Hot Plug Hard Drives de 3.5";
* Processador no mínimo Intel® Xeon® 4310 2.1GHz, 18M Cache, 10.4GT/s
* 32 GB Memória 3200Mhz
* 8 Discos Rígidos (HD) de 20TB (cada), 7.2K, RPM, SATA, 6Gbps, 3.5in Hot-plug Hard; Drive:
* Sistema operacional mínima Windows Server 2022, Standard;
* Entrada de rede Gigabit
* Fonte de Alimentação redundante, Mixed Mode (1+1), 600W;
* 2 HD SSD 512gb para sistema operacional

**3.2 - RACK PARA SERVIDOR PADRÃO 19” MODELO ABERTO: quantidade - 02 (dois)**

* 44U de altura

**3.3 - Estação de Monitoramento: quantidade - 04 (quatro)**

* Gabinete torre
* Processador de décima segunda geração, Core i7, cache de 25 MB, 3,6 GHz
* Memória 16GB 4400MHZ
* SSD-M2 de 512GB
* Sistema Operacional Windows 11, totalmente compatível com sistema de monitoramento proposto
* Monitor de 20" LED com resolução 1600x900 pixels
* Placa de vídeo com suporte a pelo menos 3 Monitores
* Kit teclado e mouse sem fio

**3.4 - TV LED, tecnologia 4K 50”: quantidade - 09 (nove)**

* Resolução Ultra HD – 3840 x 2160 pixels
* Pelo menos 2 conexões HDMI

**3.5 – Kit Instalação: materiais diversos para acabamento e entrega dos equipamentos como cabos, conectores, suportes, tubos, painel de montagem a TV’s, mesa balcão e outros materiais necessários para o perfeito funcionamento do videomonitoramento e da sala de operações.**

**3.6 – Software de Monitoramento CFTV com as seguintes características devendo comportar as seguintes licenças no mínimo: quantidade 01 (um).**

* Possuir detecção de movimentos ajustável;
* Permitir gravar as imagens assistidas em tela pelos operadores;
* Permitir visualizar a sequência de eventos de forma independente do relógio de tempo real, mantendo a correta sequência dos mesmos em caso de mudança de horário do equipamento.
* Conferir a cada evento (imagens ou não) um número sequencial único, conferindo mais uma certeza do sequenciamento das imagens, de modo a trazer mais segurança na identificação dessas imagens e ao processo como um todo;
* Permitir a gravação de informações relevantes nos arquivos das imagens, ou seja, o arquivo de evento, comprimido ou não, deverá possuir em seu conteúdo todas as informações referentes ao vídeo tais como data do evento, tamanho do arquivo e identificação da câmera e do equipamento. Informações imprescindíveis à análise de fatos ocorridos;
* O sistema cliente da central de monitoramento deverá mostrar informações de todos os equipamentos ligados ou desligados no momento, em tempo real, monitorando as conexões de todos os equipamentos em tempo real;
* O Sistema deverá permitir que o usuário salve no mínimo 16 posições pré-definidas para cada câmera PTZ monitorada;
* O sistema deverá fazer a transmissão de imagem em tempo real, possibilitando monitorar os locais remotamente através de uma central de monitoramento;
* Permitir o controle de câmeras PTZ (Pan Tilt Zoom): O operador terá acesso a todas as funcionalidades das câmeras de modelo PTZ (Pan Tilt Zoom), que oferecem monitoramento total na horizontal e vertical – cobertura 360º graus, além de zoom.
* Possuir homologação ao Sistema Detecta da Polícia Militar do Estado de São Paulo

**3.6.1 – SISTEMAS DE LEITURA E RECONHECIMENTO DE PLACAS DE AUTOMÓVEIS (LPR OU OCR).**

Os sistemas de leitura e reconhecimento de placas de automóveis (LPR) deverá ser totalmente integrado com o software de monitoramento (Detecta), sendo este fornecido através de uma licença servidor e licenças por câmera, com as seguintes funções: Reconhecer placas do Brasil e de vários países ao mesmo tempo em todo o mundo com atualização gratuita para novos padrões. Tem seu funcionamento através de laço físico e virtual, diurno e noturno. No reconhecimento dos caracteres da placa, apresenta pelo menos três níveis de criticidade: Baixo, Médio e Alto, com captura, reconhecimento dos caracteres e armazenagem dos dados, cor da placa, data, hora, e fotos de câmeras periféricas relativas a percurso, velocidade associado analíticos, assim como modelo, cor, marca cidade, estado e outras informações quando integrado com BD oficial do governo. Os níveis de criticidade aparecem na tela de monitoramento em cores diferentes a fim de alertar os operadores. As placas reconhecidas são armazenadas em banco de dados juntamente com a foto, data e horário. Permite incluir no banco de dados qualquer informação que possa estar relacionada a uma placa reconhecida, exemplo: Carro da diretoria, carro de terceiros, carro de funcionário, carro autorizado a entrada, marca, modelo, percurso e nome do proprietário, etc.

Permite a criação de bookmark. Processa mais que uma pista com a mesma câmera apropriada.

Permite que o banco de dados, possa ser integrado com banco de dados externos para identificação de possíveis irregularidades como: carro roubado, carro com IPVA vencido, motorista com carteira vencida, etc..

Permite diversos relatórios. Permite que o sistema funcione com câmeras IP ou câmeras com LPR / OCR convertidas com video-servers. Permite geoposicionamento.

Permite que o sistema funcione com painéis digitais com módulos de I/O ethernet possibilitando ativar funções específicas como: abrir e fechar cancelas, portões, etc em horários pré-determinados.

Permite enviar Pop-Up visual e sonoro na tela de monitoramento quando algum evento for detectado, por exemplo: carro roubado. Não existe limitações para gravação dos registros no banco de dados, estando essa limitação restrita exclusivamente a capacidade do hardware utilizado (discos) e não ao software.

Grava imagens e textos, data e hora em BD SQL. Permite a leitura de placas de automóveis em qualquer velocidade com estudo técnico, limitados apenas a utilização de recursos da câmera (shutter), e sem necessidade de licenças especiais ou adicionais;

Permite determinar automaticamente o melhor quadro de imagem no fluxo de vídeo.

Permite a distribuição automática da carga de imagens recebidas entre os servidores de LPR existentes, sincronizando o banco de dados, com a finalidade

de compartilhar as tarefas a serem executadas e demais módulos que compõem a solução. Macros e scripts em linguagens C/C++ para programar ações e eventos. Funciona como um sistema de Fail Over, onde na queda de um servidor um segundo assumirá automaticamente as funções sem a necessidade de intervenção humana.

Permite que o processo de identificação das placas dos automóveis possa ser feito de forma centralizada, dependendo única e exclusivamente do meio de comunicação empregado entre as câmeras e os servidores. Possibilita a captura de imagens de veículos em aproximação (pela frente do veículo) e em afastamento (pela traseira do veículo), a critério do usuário.

Permite, na captura da imagem, selecionar a quantidade de frames por segundo desejado, até no máximo 30 frames. Permite criar eventos e promover ações no sistema através de tabela de horários.

Permite captura de imagens em MJPEG, MPEG-4, H.264 ou H.265 para reconhecimento das placas.

Permite gravar imagem mesmo sem captura da placa. Permite importar uma lista de placas a partir de um arquivo texto.

Permite a exclusão de várias placas simultaneamente. Permite apagar registros antigos de LPR e determinar o tempo de retenção desses registros no banco de dados.

Permite agendar a ativação das configurações do LPR. Permite associar câmeras periféricas ou secundárias ‘a câmera principal que faz a leitura do OCR com a finalidade de fotografar as laterais e traseira do automóvel. Permite pesquisas pelo código de originalidade, de uma imagem gerada em um relatório.

Permite a criação de lista negra, autorizada e informativa adicionando qualquer placa.

Permite salvar em uma pasta externa ao banco de dados, as imagens de placas reconhecidas pelo sistema.

Permite que as listas de placas possam suportar máscaras com a finalidade de geração de eventos, para um conjunto de placas que satisfaçam as configurações dessas máscaras. EX: ABC\*80, ou ABC\*.

Permite redimensionar a imagem de uma placa reconhecida para um tamanho específico, antes que essa seja armazenada no banco de dados. Permite compensar distorções de vídeo e posições incorretas das placas.

O sistema deverá ser totalmente compatível com o software detecta da Polícia Militar de Estado de São Paulo.

**3.6.2 – Deverá conter pelo menos 01 (uma) licença base;**

**3.6.3 – Deverá conter pelo menos 115 (cento e quinze) Licenças para Sistema de Monitoramento CFTV;**

**3.6.4 – Deverá conter ao menos 14 (quatorze) Licenças OCR/LPR em borda;**

**3.6.5 – Deverá conter ao menos 14 (quatorze) Licenças para interligação ao sistema DETECTA da Secretária de Segurança do Estado de SP.**

**3.6.6- Deverá conter ao menos 03(três) licenças analiticas em borda.**

**3.7 – CABO DE REDE CAT 5 INTERNO: quantidade – 6 (seis)**

* Possuir 4 pares de fios
* Produto 100 % cobre
* Homologado pela Anatel
* Rolo com 305m

**3.8 – CABO PARA ALIMENTAÇÃO 2X1MM: quantidade – 6 (seis)**

* Cabo 100% cobre
* Cabo paralelo
* Rolo com 100m
* Espessura nominal da isolação 0,8 mm

**3.9 – FONTE NOBREAK 12,8V/ 10A: quantidade: 1 (um)**

* Bateria não inclusa
* Compatível com bateria 12V/7Ah
* Tensão de saída 12,8Vcc com variação de até 5%
* Frequência 60 Hz
* Fusível de bateria 10ª

**3.10 – BATERIA CHUMBO ÁCIDO REGULADA POR VÁLVULA (VRLA) 12V/7Ah – quantidade: 1 (um).**

* Corrente máxima de recarga – 1,92 A
* Flutuação de tensão – 13,5 a 13,8 V
* Bateria com válvula regulada (VRLA)

**3.11 – SWITCH 24 portas Gigabit: quantidade – 02 (dois)**

* Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ad, IEEE 802.3x, IEEE 802.1d, IEEE 802.1w, IEEE 802.1q, IEEE 802.1x, IEEE 802.1p
* Fonte de Alimentação: 100-240VAC, 50/60Hz
* Possuir quantidade de portas suficientes para atender e interligar toda a sala de videomonitoramento em questão.

**3.12 - Nobreak 6Kva: quantidade - 1(um)**

Deverá possuir tensão de entrada 220v

Deverá possuir onda senoidal pura

Deverá possuir potência mínima 6KVA

Deverá possuir tensão de saída 110/220/110+110V~

**4 – Descritivo mínimo para infraestrutura de Câmeras para Videomonitoramento vias públicas;**

**4.1 – Câmera Speed Dome – quantidade – 14 (quatorze)**

* Possuir resolução de 4.0 MegaPixel ou superior (pixels efetivos 2560X1440).
* Exibir em stream principal resolução mínima de no mínimo 25 frames por segundo na resolução 2560X1440;
* Possuir Zoom Óptico de no mínimo 25x e 16x zoom digital;
* Possuir Infravermelho para 100 metros mínimo;
* Possuir ao menos 300 presets;
* Pan de 360º e Tilt de -15º a 90º,
* Suportar os seguintes protocolos e aplicações: FTP, HTTP, HTTPS, QoS, TCP/IP, Ipv4, Ipv6, DHCP, NTP, PPPoE, DNS, DDNS, RTSP, RTP, RTCP, IGMP;
* Permitir criar até 32 usuários;
* Possuir compressão de vídeo H.264 e H.265;
* Possuir funções integradas de eventos, que poderão ser acionados por detecção de movimento, linha de intrusão;
* Possuir lente mínima de 1/1.8”
* Possuir função WDR, HLC, BLC, 3D DNR;
* Possuir entrada de alimentação 12 DC,POE
* Possuir a função 0 Lux com IR ligado e 0,005 Lux com IR desligado;
* Possuir Eventos de reconhecimento de corpo humano e veículos

**4.2 – Caixa de montagem: quantidade – 82 (oitenta e dois)**

* Capaz de acomodar, switch e fontes;
* Possuir medida mínima 50X40X20cm

**4.3 – Kit Instalação para instalação das câmeras nas vias públicas (cabos, conectores, material de acabamento, tubos, tomadas, suportes, itens de fixação, etc)**

**4.4 – Câmera Bullet Fixa IP: quantidade – 95 (noventa e cinco)**

* Deverá ser do tipo ip bullet com infra-vermelho (ir);
* Deverá possuir resolução de imagem: 2688 × 1520  
   Deverá possuir sensor de imagem: Varredura progressiva 1/3” CMOS
* Deverá possuir imagens colorida a noite.
* Deverá possuir indice de Proteção: IP 67;
* Deverá possuir infra Vermelho: Alcance de 40m;
* Deverá possuir compressão de Vídeo: H.265/H.264/H.265+/H.264+
* Deverá possuir lente: Varifocal: 2.8mm.
* Deverá possuir taxa de Frames no Stream Principal: 30fps (2688 × 1520)
* Deverá possuir taxa de Frames em um dos Streams adicionais: 30fps (1280 ×720)
* Deverá possuir entrada de cartão de memória: microSD p/ 512 GB;
* Deverá possuir Protocolos de comunicação: TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, NTP, UpnP, SMTP, IGMP, 802.1X, QoS, Ipv4, Ipv6, UDP, Bonjour, SSL/TLS, PPPoE, SNMP, ARP;
* Deverá possuir interface de comunicação de rede: RJ45 10/100 Mbps Ethernet;
* Deverá possuir alimentação POE
* Deverá possuir interface de eventos(assagecação de humanos, veículos, captura de face)

4.5 – SWITCH 8 PORTAS: quantidade 82 (oitenta e dois)

* Possuir ao mínimo 8 portas
* Possuir protocolo de comunicação IEEE802.3, IEEE 802.3u, IEEE802.3x

**4.6 – Câmera para Leitura de Placas (LPR) – quantidade – 14 (quatorze)**

* Deverá possuir resolução de imagem mínima de 2688X1520
* Deverá possuir proteção IP67 E IK10
* Deverá possuir sensor de imagem com varredura progressiva de 1/1.8” CMOS
* Deverá possuir alcance de infravermelho mínimo de 100 metros
* Deverá possuir compressão de vídeo H.264 E H.265
* Deverá possuir lente varifocal de 8-32mm
* Deverá possuir taxa de Frames no stream Principal de 2688x1520 em 30 FPS
* Deverá possuir taxa de Frames em dos streams adicionais de 1920x1080 em 30 FPS
* Deverá possuir entrada para cartão de memória
* Deverá possuir interface de comunicação de rede RJ45 10/100/1000
* Deverá possuir alimentação POE
* Deverá possuir inteligência embarcada para reconhecimento de veículos
* Possuir protocolo de comunicação TCP/IP, NTP, HTTP, HTTPS

**4.7 – FONTE NOBREAK 12,8V/ 10A: quantidade: 82 (oitenta e dois)**

* Bateria não inclusa
* Compatível com bateria 12V/7Ah
* Tensão de saída 12,8Vcc com variação de até 5%
* Frequência 60 Hz
* Fusível de bateria 10ª

**4.8 – BATERIA CHUMBO ÁCIDO REGULADA POR VÁLVULA (VRLA) 12V/7Ah – quantidade: 82(oitenta e dois).**

* Corrente máxima de recarga – 1,92 A
* Flutuação de tensão – 13,5 a 13,8 V
* Bateria com válvula regulada (VRLA)

**4.9 – Cases de aluminio QUANTIDADE 3 (três).**

Deverá possuir altura mínima de 2,5 metros.

Deverá possuir suporte para minimo 2(duas) câmeras

Deverá possuir um botão para acionamento

Deverá possuir um alto falante e um microfone.

4.10 – Os itens 3 a 4.9 deverão ser fornecidas com Suporte e fonte de alimentação, inclusive demais itens necessários a fim de garantir o perfeito funcionamento do sistema em questão sem maiores prejuízos para a municipalidade sempre que houver necessidade.

Obs: Importante salientar que todas as despesas referentes a encargos trabalhistas, deslocamento, hospedagem, uniformização, alimentação e transporte para a realização dos serviços seram suportadas pela CONTRATADA.

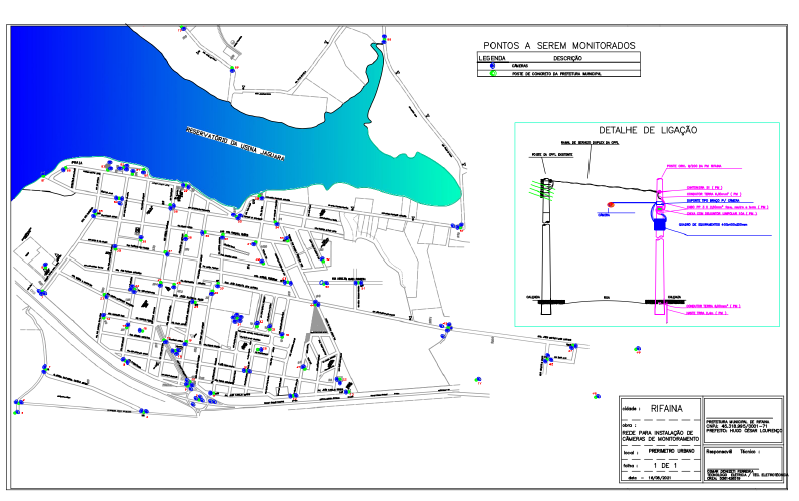
|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | |  | **Local de Instalação** | **Modelo Câmera** | **Qtde** | **Referencia** |
| 1 | P70 | | Cemitério | Fixa | 1 | Entrada do Cemitério |
| 2 | P58 | | Praça 24 de dezembro | Fixa | 1 | Sentido R. Tiradentes |
| 3 | P58 | | Praça 24 de Dezembro | Fixa | 1 | Sentido Nove de Julho |
| 4 | P69 | | Estação Ferroviária | Fixa | 1 | Estação Ferroviária |
| 5 | P68 | | Cruzamento (Tio Cláudio) | Fixa | 1 | Estrada Sentido Pedregulho |
| 6 | P68 | | Cruzamento (Tio Cláudio) | Fixa | 1 | Estrada Sentido Cemitério |
| 7 | P57 | | Máxima Conceição Guimaraes | Fixa | 1 | Sentido R.Máxima Conceição |
| 8 | P57 | | Máxima Conceição Guimaraes | Fixa | 1 | Estrada Sentido Cemitério |
| 9 | P8 | | Patio de Veículos | Fixa | 1 | Estacionamento veículos apreendidos |
| 10 | P45 | | Porteira entulhos | Fixa | 1 | Sentido Frigorifico MCassab |
| 11 | P45 | | Obra novo Poliesportivo | Fixa | 1 | Terreno obra novo poliesportivo |
| 12 | P05 | | Trevo Principal – Rotatória | Speed Dome | 1 | Todos os sentidos |
| 13 | P05 | | Trevo Principal – Rotatória | Fixa | 1 | Sentido Igarapava |
| 14 | P05 | | Trevo Principal – Rotatória | Fixa | 1 | Sentido Franca |
| 15 | P10 | | Portal Entrada Principal | Fixa | 1 | Sentido Entrada Cidade |
| 16 | P09 | | Portal Entrada Principal | Fixa | 1 | Sentido Saída cidade |
| 17 | P01 | | Almoxarifado – Canteiro | Speed Dome | 1 | Sentido Rodovia |
| 18 | P01 | | Entrada/Almoxarifado Praia Branca | Fixa | 1 | Av. José de Paula Vieira |
| 19 | P04 | | Estrada velha | Fixa | 1 | Sentido campo Aparecido |
| 20 | P04 | | Estrada velha | Fixa | 1 | Sentido rotatória |
| 21 | P56 | | Rampa desembarque barco | Speed Dome | 1 | R. Máxima C. Guimaraes |
| 22 | P55 | | Orla – frente Maré alta | Fixa | 1 | Rua Visconde de Ouro Preto |
| 23 | P55 | | Orla – – frente Maré alta | Fixa | 1 | Sentido Rua da Rampa |
| 24 | P55 | | Orla Frente maré Alta | Fixa | 1 | Sentido Calixto Jorge |
| 25 | P30 | | R.João Batista dos Santos/Creche nova | Fixa | 1 | R. João Batista dos Santos |
| 26 | P59 | | Delegacia Policia Civil | Speed dome | 1 | Todos os sentidos |
| 27 | P62 | | Orla – Píer – Rua | Fixa | 1 | Sentido Orla |
| 28 | P62 | | Orla – Píer – Calçadão | Fixa | 1 | Sentido Banheiros |
| 29 | P62 | | Orla – Píer – Calçadão | Fixa | 1 | Sentido Entrada do Bar |
| 30 | P60 | | Orla Peer Municipal | Fixa | 1 | Sentido Vagas lanchas |
| 31 | P61 | | Orla Peer Municipal | Fixa | 1 | Sentido areia/rio |
| 32 | P63 | | Praia/Restaurante Barracão | Speed Dome | 1 | Todos os Sentidos |
| 33 | P58 | | Praça 24 Dezembro | Speed Dome | 1 | Todos os Sentidos |
| 34 | P37 | | Escola – R. Carlos Vedovato/Barão Rio Branco | Fixa | 1 | Sentido Entrada da Escola R. Barão Rio Branco |
| 35 | P38 | | Entrada da Prefeitura/Câmara MunicipaI | Fixa | 1 | R. Barão de Rifaina, nº 251 |
| 36 | P28 | | Praça Edgar Ajax/Bar Mirim | Fixa | 1 | Todos os sentidos |
| 37 | P27 | | Praça Edgar Ajax | Speed Dome | 1 | Todos os sentidos |
| 38 | P24 | | Fundo da Escola Estadua / Esquina base GCM | Fixa | 1 | R José Matheus Sentido pra Cima |
| 39 | P14 | | Rua abaixo da Escola Estadual | Fixa | 1 | R José Francisco Silveira |
| 40 | P15 | | Em frente Guarda Municipal | Fixa | 1 | R Jose Mateus |
| 41 | P19 | | Cruzamento rodoviária | Fixa | 1 | R. Coronel Pereira Cassiano Sentido Rodoviária |
| 42 | P29 | | Sede zero Padre Cesar Gardini | Fixa | 1 | Em frente antiga Cerâmica Baraldi |
| 43 | P34 | | Bairro Olavo Pereira | Fixa | 1 | R. Jaqueline Pereira Pinho |
| 44 | P33 | | Bairro Olavo Pereira | Fixa | 1 | R. Eliana C. P. Masson |
| 45 | P32 | | Bairro Olavo Pereira | Fixa | 1 | R. Jean Wictor L. Cordeiro |
| 46 | P52 | | Praça Conjunto Antigo | Fixa | 1 | R. Clarindo da Costa Novo |
| 47 | P21 | | Posto de Saúde – Pracinha | Fixa | 1 | Professora Sueli Costa |
| 48 | P22 | | Parque de Exposições | Fixa | 1 | Sentido Banheiros |
| 49 | P22 | | Parque de Exposições | Fixa | 1 | Sentido entrada parque |
| 50 | P13 | | Parque de Exposições | Speed Dome | 1 | Todos os sentidos |
| 51 | P41 | | Praça Bairro Nova Rifaina | Fixa | 1 | R. Ari Reis/General Osório |
| 52 | P42 | | Praça Bairro Nova Rifaina | Speed Dome | 1 | R. Ari Reis/Rassime Elias |
| 53 | P44 | | R próximo Creche Escola | Fixa | 1 | R. Antonio Thomaz de Aquino |
| 54 | P44 | | R próximo Creche Escola | Fixa | 1 | R. Antonio Thomaz de Aquino |
| 55 | P36 | | PSF/NASF | Fixa | 1 | R. Marechal Deodoro/ ao lado do correio |
| 56 | P35 | | Centro de Eventos | Fixa | 1 | R José Francisco da Silveira/Barão do Rio Branco |
| 57 | P01 | | R. Jose Marcondes | Fixa | 1 | Sentido condominio Aquas |
| 58 | P01 | | R. Jose Marcondes | Fixa | 1 | Sentido Trevo |
| 59 | P39 | | Cras/Velório | Fixa | 1 | R. General Osório/ Cel Pereira Cassiano |
| 60 | P26 | | Praça Conj. Mario Beni | Speed Dome | 1 | R. Laercio Masson/ Hélio Caetano Silva |
| 61 | P08 | | R Orlando Pereira | Fixa | 1 | R Orlando Pereira/ José Matheus |
| 62 | P08 | | R Orlando Pereira | Fixa | 1 | R Orlando Pereira/ José Matheus |
| 63 | P64 | | Emporio a venda | Fixa | 1 | R. 9 de Julho/ José Francisco da Silveira |
| 64 | P64 | | Emporio a venda | Fixa | 1 | R. 9 de Julho/ José Francisco da Silveira |
| 65 | P12 | | Em frente a Vigus | Fixa | 1 | Av. João Camilo Gomes/ Moacyr Vedovato |
| 66 | P12 | | Em frente a Vigus | Fixa | 1 | Av. João Camilo Gomes/ Moacyr Vedovato |
| 67 | P66 | | Teatro de Arena | Speed Dome | 1 | Calixto Jorge |
| 68 | P31 | | Parque ecológico | Fixa | 1 | Rua Padre Cesar Gardini |
| 69 | P31 | | Parque ecológico | Fixa | 1 | Rua Padre Cesar Gardini |
| 70 | P31 | | Parque ecológico | Fixa | 1 | Rua Padre Cesar Gardini |
| 71 | P31 | | Parque ecológico | Fixa | 1 | Rua Padre Cesar Gardini |
| 72 | P31 | | Parque ecológico | Speed Dome | 1 | Campo de futebol |
| 73 | P16 | | Sala de monitoramento | Fixa | 1 | Base GCM |
| 74 | P18 | | Rodoviária/ corredor bar | Fixa | 1 | Antonio Floriano Leme |
| 75 | P18 | | Rodoviária / corredor lojas | Fixa | 1 | Antonio Floriano Leme |
| 76 | P18 | | Rodoviária / parada ônibus | Fixa | 1 | Antonio Floriano Leme |
| 77 | P20 | | R. João souza Santos/ Bento Sebastião | Fixa | 1 | Rua João Souza Santos |
| 78 | P20 | | R. João souza Santos/ Bento Sebastião | Fixa | 1 | Rua João Souza Santos |
| 79 | P17 | | Casa da Cultura | Fixa | 1 | Antonio Floriano Leme/ dois sentidos |
| 80 | P63 | | Areia praia | Speed Dome | 1 | Av Calixto Jorge |
| 81 | P47 | | Conjunto Paulo Cantieri | Fixa | 1 | Entrada bairro-frente Sabesp |
| 82 | P47 | | Moradia Digna | Fixa | 1 | João Batista dos Santos |
| 83 | P46 | | Moradia Digna | Fixa | 1 | Rua cento e dois/Cento e um |
| 84 | P46 | | Moradia Digna | Fixa | 1 | Rua cento e dois/Cento e um |
| 85 | P46 | | Moradia Digna | Fixa | 1 | Rua cento e dois/Cento e um |
| 86 | P46 | | Visconde de Ouro Preto/ Thomas de Aquino | Fixa | 1 | Visconde de Ouro Preto/ Thomas de Aquino |
| 87 | P67 | | Estação Elevatória Sabesp | Fixa | 1 | Sentido praia |
| 88 | P51 | | R. Agnelina Maria Ferreira | Fixa | 1 | R. Agnelina Maria Ferreira |
| 89 | P51 | | R. Agnelina Maria Ferreira | Fixa | 1 | R. Agnelina Maria Ferreira |
| 90 | P43 | | R. Manoel Resende | Fixa | 1 | R. Manoel Resende |
| 91 | P43 | | R. Manoel Resende /Prof. Dirceu | Fixa | 1 | R. Manoel Resende /Prof. Dirceu |
| 92 | P25 | | R. João Batista Reis | Fixa | 1 | R. João Batista Reis (oficina krika) |
| 93 | P65 | | R. Floriano Peixoto | Fixa | 1 | Sentido Praia |
| 94 | P65 | | R. Floriano Peixoto | Fixa | 1 | Sentido saída cidade |
| 95 | P53 | | R. Antonio Thomaz de Aquino | Fixa | 1 | Sentido Rotatória |
| 96 | P53 | | R. Antonio Thomaz de Aquino | Fixa | 1 | Sentido bairro |
| 97 | P40 | | R. General Osório / Jeronimo Ferreira | Fixa | 1 | Sentido R. Jerônimo Ferreira |
| 98 | P02 | | Estrada velha | Fixa | 1 | Rotatória Estrada Velha |
| 99 | P02 | | Estrada velha | Fixa | 1 | Rotatória Estrada Velha |
| 100 | P50 | | Bairro Sodré | Fixa | 1 | Bairro Sodré |
| 101 | P50 | | Bairro Sodré | Fixa | 1 | Bairro Sodré |
| 102 | P03 | | Campo Aparecido | Speed Dome | 1 | Campo Aparecido |
| 103 | P24 | | José Francisco Reis / José Mateus | Fixa | 1 | **REALOCAR** - José Francisco Reis / José Mateus |
| 104 | P24 | | José Francisco Reis / José Mateus | Fixa | 1 | **REALOCAR** José Francisco Reis / José Mateus |
| 105 | P63 | | Facial Praia | Fixa | 1 | Facial Praia (CASE) |
| 106 | P63 | | Facial Praia | Fixa | 1 | Facial Praia(CASE) |
| 107 | P66 | | Facial Praia | Fixa | 1 | Facial Praia(CASE) |
| 108 | P48 | | Paulo Cantieri | Fixa | 1 | Paulo Cantieri |
| 109 | P49 | | Paulo Cantieri | Fixa | 1 | Paulo Cantieri |
|  |  | | **Total** | **----** | **109** |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Local de Instalação/ Referencia** | **Modelo Câmera** | **Qtde** | **Endereço/Logradouro** |
| 1 | P07 | Entrada Praia Branca | LPR | 1 | Av. José de Paula Vieira |
| 2 | P07 | Saída Praia Branca | LPR | 1 | Av. José de Paula Vieira |
| 3 | P05 | Entrada rotatória entrada principal | LPR | 1 | Rod. Candido Portinari Entrada Franca |
| 4 | P05 | Entrada rotatória entrada principal | LPR | 1 | Rod. Candido Portinari Entrada Igarapava |
| 5 | P45 | Entrada Mcassab | LPR | 1 | R. João Batista dos Santos |
| 6 | P45 | R. João Batista dos Santos | LPR | 1 | R. João Batista dos Santos |
| 7 | P57 | Entrada Máxima Conceição | LPR | 1 | R. Máxima Conceição |
| 8 | P09 | Portal SaidaPrincipal | LPR | 1 | R. Floriano Peixoto sentido rodovia |
| 9 | P11 | Saída Posto Rifainão | LPR | 1 | Av. João Camilo Gomes |
| 10 | P05 | Rod. Candido Portinari | LPR | 1 | Rod.Candido Portinari sent. Franca |
| 11 | P59 | R. Calixto Jorge | LPR | 1 | Av. Calixto Jorge/ frente Policia Civil |
| 12 | 71 | Av. Marginal | LPR | 1 | Nova Avenida marginal/ Mcassab/ Conj. Paulo Cantieri |
| 13 | P64 | R. Nove de Julho | LPR | 1 | R. Nove de Julho (em frente ao Emporio a Venda) |
| 14 | P10 | Portal Entrada da cidade | LPR | 1 | Portal Entrada da cidade |

OBS PONTOS 02,50,03,24,48,49 SERÁ NECESSÁRIO A INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTES.

OS PONTOS 63,66 , SERÃO INSTALADOS TOKEN FACIAL NA ORLA DA PRAIA.

O PONTO 24 DEVERÁ SER REALOCADO PARA A ESQUINA, PARA INSTALAÇÃO DE DUAS NOVAS CÂMERAS NA RUA JOÃO BATISTA REIS.



**PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 48 (quarenta e oito) meses.**

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA PROPOSTA: 30 (TRINTA) DIAS**

**PRAZO DE PAGAMENTO: 20 (VINTE) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE VALIDADA PELO GESTOR DO CONTRATO.**

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. Os recursos orçamentários para cobrir as despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação serão os seguintes:

RECURSO PRÓPRIO

02 01 GABINETE DO PREFEITO

04 122 0002 2002 0000 GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 15

02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0006 2005 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 46

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 365 0011 2027 0212 ENSINO INFANTIL - CRECHE - (PROPRIO)

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 099

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 365 0011 2027 0213 ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA - (PROPRIO)

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 107

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 0011 2009 0220 ENSINO FUNDAMENTAL - REC. PROPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 146

02 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

27 812 0029 2021 0000 EVENTOS E ATIVIDADES DE ESPORTE E RECREAÇÃO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 186

02 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

13 392 0031 2014 0000 PROMOÇÃO CULTURAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 196

02 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

23 695 0033 2020 0000 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TURISMO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 210

02 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

18 541 0019 2025 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 226

02 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20 608 0020 2028 0000 MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE AGROPECUARIA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 236

02 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 301 0034 2015 0000 AÇOES DA ATENÇAO BASICA DE SAÚDE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 254

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 243 0064 2043 0000 PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 313

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 241 0065 2044 0000 PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 317

021703 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIFAINA

08 244 0061 2012 1010 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - SCFV- SERV. CONV. FORTAL. VINCULOS - R. PROPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 326

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 244 0062 2032 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 380

02 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

15 452 0045 2042 0000 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA URBANA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 392

02 20 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

06 182 0010 2030 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 420

Rifaina, 31de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Hugo Cesar Lourenço

Prefeito

**ANEXO II**

**PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO PRESENCIAL nº 079/2023**

**Proponente: ....................................................................................................**

**Endereço:**..................................................................................................................

**Bairro:** .............................................. **CEP:**.............................. **Cidade:** ................

**Estado:** ............... **Telefone:** ............................................................. **Fax: .............**

**E-mail:**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Quant | Unid | Descrição do Produto | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
| 01 | 48 | Meses | **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA PARA FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E SUPORTE TÉCNICO DE SOLUÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE RIFAINA-SP, conforme termo de referência.** |  |  |  |
|  |  |  |  | **TOTAL R$** | |  |

**Valor Total R$................... (por extenso).**

***PRAZOS:***

VALIDADE DO CONTRATO: 48 (quarenta e oito) meses.

VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMA DE 60 DIAS

PAGAMENTO: ATÉ 20 DIAS APÓS A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE VALIDADA PELO GESTOR DO CONTRATO.

**Declaramos conhecer e aceitar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, comprometendo-nos a cumpri-las na sua integridade, sendo o objeto adjudicado a esta empresa, declaramos ainda fazer cumprir os elementos constantes desta proposta de preços.**

**Declaramos de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro**

. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal

**ANEXO III**

**DADOS PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO**

Nome da Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Responsável pela Assinatura do contrato:

Nome:

Cargo:

Profissão:

Nacionalidade:

Naturalidade:

RG:

CPF:

Estado Civil:

Telefone/Fax:

Telefone Celular:

E-mail 1:

ASSINATURA E CARIMBO DO CNPJ

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Eu (nome completo), RG nº , representante legal da (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Presencial nº 079/2023, realizado pela Prefeitura Municipal de Rifaina, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Rifaina, em de de 2023.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal:\_

RG do representante legal:\_

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº é **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006**, **alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 079/2023, realizado pela Prefeitura municipal de Rifaina.

Rifaina, em de de 2023

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal:\_

RG do representante legal:\_

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÕES**

Eu (nome completo), representante legal da (denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Presencial nº 079/2023 realizado pela Prefeitura Municipal de Rifaina, DECLARO sob as penas da lei:

**a)** nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de março de1.993 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

**b)** que a empresa atende as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

**c)** estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº 12.799/08), exceto se suspenso, impede(m) a contratação com este Municipio, de acordo com a Lei Estadual nº 12.799/08, sem prejuízo das demais cominações legais, assim como inexiste também qualquer outro fato impeditivo de contratar, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218, de 12 de março de 1.999.

Rifaina, em de de 2023.

Assinatura do representante legal

Nome do representante:\_

RG do representante:

**ANEXO VII**

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA (SP) E DE OUTRO LADO A EMPRESA ............................................................

Por esse instrumento de Contrato que entre si fazem de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA, Estado de São Paulo, com sede na Rua Barão de Rifaina nº. 251, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.318.995/0001-71, neste ato representado pelo seu Prefeito,Sr. Hugo César Lourenço, brasileiro, casado, portador do RG nºxxxxxx SSP/SP e do CPF nº. xxxxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxxxx nº. xxxx, xxxxxxx, doravante denominada “CONTRATANTE”, e de outro lado a empresa....................................... com sede na .................................., na cidade de ..........., Estado de ..........., inscrita no CGC/MF sob o nº ................... e neste ato representada pelo Sr. .........., ...., ....., .........., residente e domiciliado na ............., na cidade de .................., Estado de ............., portador do doc. R.G. .......... e CPF ................., daqui por diante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado, conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, pela contratada, do(s) serviço(s) abaixo, conforme especificado no memorial descritivo veiculado como Anexo I, integrante do edital de pregão presencial nº 079/2023, que fica fazendo parte integrante e indissociável do presente contrato:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Quant | Unid | Descrição do produto | preço unit | preço total |
| 01 | 48 | Meses | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA PARA FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E SUPORTE TÉCNICO DE SOLUÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE RIFAINA-SP. |  |  |
|  | VALOR TOTAL R$ | | |  | |

CLÁUSULA 2ª – DO FORNECIMENTO

A empresa deverá iniciar o fornecimento dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da ordem de execução de serviços, emitida de acordo com as necessidades da Prefeitura.

A empresa manterá rígido controle quanto à qualidade e condições dos equipamentos e ferramental para execução dos serviços, após a emissão da ordem de compra/ou serviço, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital, no contrato e na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO

O preço total do vencedor da cláusula primeira apresentado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE é o seguinte: R$ ...................... (..........................................................................................).

CLÁUSULA 4ª - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado em até 7 (sete) dias, após a entrega do produto, contados da apresentação da nota fiscal/fatura.

4.2 A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

4.3 O pagamento será feito mediante cheque nominal ou crédito em conta corrente em nome da Contratada, informado na sua proposta de preços.

CLÁUSULA 5ª - DO REAJUSTE

Os preços contratados somente poderão ser reajustados após decorridos doze meses, tendo como data base inicial a assinatura deste Termo Contratual, pela variação, no período, do IPC-FIPE.

CLÁUSULA 6ª - DOS PRAZOS

A prestação de serviços objeto desta licitação deverá ter inicio, no prazo maximo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura deste termo contratual, podendo ser prorrogado pela administração em razão de fatos imprevisíveis, devidamente comprovados.

CLÁUSULA 7ª DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura pelas partes, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, através de Termo Aditivo, por acordo entre as partes e devidamente justificada a prorrogação, na forma do § 2º do referido artigo 57, e desde que não haja manifestação em contrário das partes.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO

O saldo da dotação orçamentária existente suporta a realização desta Despesa e tem a seguinte classificação, a saber:

RECURSO PRÓPRIO

02 01 GABINETE DO PREFEITO

04 122 0002 2002 0000 GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 15

02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0006 2005 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 46

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 365 0011 2027 0212 ENSINO INFANTIL - CRECHE - (PROPRIO)

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 099

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 365 0011 2027 0213 ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA - (PROPRIO)

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 107

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 0011 2009 0220 ENSINO FUNDAMENTAL - REC. PROPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 146

02 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

27 812 0029 2021 0000 EVENTOS E ATIVIDADES DE ESPORTE E RECREAÇÃO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 186

02 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

13 392 0031 2014 0000 PROMOÇÃO CULTURAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 196

02 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

23 695 0033 2020 0000 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TURISMO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 210

02 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

18 541 0019 2025 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 226

02 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20 608 0020 2028 0000 MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE AGROPECUARIA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 236

02 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 301 0034 2015 0000 AÇOES DA ATENÇAO BASICA DE SAÚDE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 254

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 243 0064 2043 0000 PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 313

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 241 0065 2044 0000 PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 317

021703 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIFAINA

08 244 0061 2012 1010 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - SCFV- SERV. CONV. FORTAL. VINCULOS - R. PROPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 326

02 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 244 0062 2032 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 380

02 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

15 452 0045 2042 0000 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA URBANA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 392

02 20 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

06 182 0010 2030 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA 420

CLÁUSULA 9ª - DAS RESPONSABILIDADES, DIREITOS E OBRIGAÇÕES

9.1 DA CONTRATADA

9.1.1 Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução deste Contrato;

9.1.2 Obriga-se a reparar, refazer, remover, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Instrumento, quando se verificarem vícios, defeitos, incorreções e má qualidade do produto fornecido;

9.1.3 Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na entrega, sendo que a fiscalização designada pela CONTRATANTE não diminui ou exclui esta responsabilidade.

9.1.4 Atender as solicitações da CONTRATANTE, em qualquer horário com presteza, atenção, e zelo.

9.2 DA CONTRATANTE

9.2.1 Direito de rejeitar o produto se não fornecido de acordo com as normas estabelecidas.

9.2.2 Direito regressivo contra a CONTRATADA no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão do fornecimento inadequado do produto, objeto deste Contrato.

9.2.3 A entrega dos produtos objeto deste contrato, será fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado.

CLÁUSULA 10ª - DAS ALTERAÇÕES

As alterações do objeto contratual poderão ocorrer até o limite dos termos do Artigo 65, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA 11ª - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos Artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

11.1 Fica estabelecida multa de 2%(dois por cento) sobre o valor contratual à CONTRATADA, quando esta infringir ou deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas Contratuais. Em caso de rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, não terá ela direito à indenização de qualquer espécie, sendo aplicável multa de 10% do valor não executado do respectivo contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal 8666/93.

11.2 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica deste município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento falso, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato e comportar-se de modo inidôneo.

CLÁUSULA 13ª - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Pedregulho, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Instrumento público em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, e que depois de lido no todo e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes e pelas testemunhas a tudo presentes.

Rifaina,...... de .............................. de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

Hugo Cesar Lourenço – Prefeito

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1-\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RG:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2-\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RG:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO VIII**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº079/2023 PROCESSO N°234/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

CONTRATADO: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**
2. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
3. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
4. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
5. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
6. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
7. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**
8. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
9. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE~~:~~**

Nome: Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME**

Nome: Cargo:

CPF:

Assinatura:

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Cargo:

CPF:

Assinatura:

**Pela contratada:**

Nome: Cargo:

CPF:

Assinatura:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Cargo:

CPF:

Assinatura:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal*.* Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*